

Quadro Comparativo  
 Medida Provisória nº 867/2018

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	Altera a <a href="#">Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012</a> , para dispor sobre a extensão do prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental.
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
<a href="#">Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012</a>	<b>Art. 1º</b> A <a href="#">Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 59. A União, os Estados e o Distrito Federal deverão, no prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data da publicação desta Lei, prorrogável por uma única vez, por igual período, por ato do Chefe do Poder Executivo, implantar Programas de Regularização Ambiental - PRAs de posses e propriedades rurais, com o objetivo de adequá-las aos termos deste Capítulo. .....	“Art. 59. .... .....
§ 2º A inscrição do imóvel rural no CAR é condição obrigatória para a adesão ao PRA, devendo essa adesão ser requerida no prazo estipulado no § 3º do art. 29 desta Lei.	§ 2º A inscrição do imóvel rural no CAR é condição obrigatória para a adesão ao PRA, devendo essa adesão ser requerida <b>até 31 de dezembro de 2019, permitida a prorrogação por mais um ano por ato do Chefe do Poder Executivo.</b> .....” (NR)
	<b>Art. 2º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.